

Prefeitura Municipal de Piên - 2024

Extrato Contribuinte

inscrição municipal

23337

indicação fiscal

01.01.01.046.0326.001

quadra

046

lote

0326

contribuinte

GUILHERME CRUZ - CPF: 045.056.089-99

endereço

RUA DOURADOS, 106 - TERRENO VAGO - AVENCAL

telefone

41997631358

distrito

01 DISTRITO 01

loteamento

LOTEAMENTO CONVERSAO

área terreno

378,12

área construída

00,00

testada principal

21,55

valor veñal

3.922,10

quadra RI

046

lote RI

0326

quota terreno

378,12

Resumo do valor total devido						
	principal	correção	juros	multa	desconto	devido
Imóvel urbano - 23337	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Extrato - Exercícios: 2000 até 2024

Imóvel urbano 23337

2011 - Imposto Territorial Urbano - Em Dívida Ativa

Original (Índice de Lançamento: Moeda corrente, Índice de Correção: UFM)

parcela	vencimento	pagamento	principal	atualizações	pago	devido
1	22/07/2011		11,61	0,00	0,00	0,00
2	22/08/2011		11,60	0,00	0,00	0,00
3	22/09/2011		11,60	0,00	0,00	0,00
Total			34,81	0,00	0,00	0,00

2012 - Imposto Territorial Urbano - Em Dívida Ativa

Original (Índice de Lançamento: Moeda corrente, Índice de Correção: UFM)

parcela	vencimento	pagamento	principal	atualizações	pago	devido
1	31/05/2012		13,11	0,00	0,00	0,00
2	30/06/2012		13,11	0,00	0,00	0,00
3	31/07/2012		13,11	0,00	0,00	0,00
Total			39,33	0,00	0,00	0,00

2013 - Imposto Territorial Urbano - Em Dívida Ativa

Original (Índice de Lançamento: Moeda corrente, Índice de Correção: UFM)

parcela	vencimento	pagamento	principal	atualizações	pago	devido
1	26/12/2013		13,08	0,00	0,00	0,00
2	26/01/2014		13,07	0,00	0,00	0,00
3	26/02/2014		13,07	0,00	0,00	0,00
Total			39,22	0,00	0,00	0,00

Critérios de seleção:

Cadastro: Imóvel urbano

Inscrição municipal: 23337

Exercícios: 2000 até 2024

Consultar parcelas a vencer: Sim

Consultar parcelas pagas: Sim

Consultar parcelas isentas/imunes: Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2010

PROTOCOLOS Nº 34/2010 E 72/2010

DECISÃO FINAL

ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS MUNICIPAIS – MATRÍCULAS Nº 12.411, 20.031 E 20.032

INTERESSADOS: ROSEMERI METZ, ANÉSIA KUROVSKY, JOSIANE MACHADO, OSMAEL DE JESUS BASTOS, GABRIEL STIEGLER DA CRUZ, GUILHERME CRUZ, VALENCIO MOREIRA DE LIMA, ARI DOMINGOS VANI, ELY EVERTON DO ROSARIO, ELIZANDRO EVERSON DO ROSARIO, DORIVAL PIECKOCZ, ANTONIO PASIERPSKI E IVANIR MADOENHO CUSTÓDIO

1. DO RELATÓRIO DO PROCESSO

Trata-se do Processo Administrativo nº 001/2010, que envolve os protocolos nº 34/2010 e 72/2010, ambos firmados pela requerente Rosemeri Metz, nos quais pleiteia a regularização administrativa do imóvel que ocupa desde 1998, e que encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Rio Negro em nome do Município de Piên, sob nº 12.413 (atualmente matrícula nº 20.032).

Após o ingresso dos requerimentos da Sra. Rosemeri Metz o processo foi autuado iniciou-se uma busca de dados junto ao Cartório de Registro de Imóveis para identificar a origem do terreno e as circunstâncias que envolvem o caso, a fim de aferir a existência de solução para o problema.

Dessas buscas e levantamentos, concluiu-se que se trata de uma área adquirida pelo Município de Piên no ano de 1994 através de desapropriação amigável, para fins de implantação do parque industrial municipal, cujos expropriados eram Anésia Cavalheiro Pires e outros.

Esclareceu-se que na época, o referido imóvel pertencia ao perímetro rural do município e estava registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob matrícula nº 3.689, possuindo 126.138,03m².

A desapropriação ocorreu em 10/10/1994 e foi levada a registro em 04/12/1995, com abertura de nova matrícula (nº 11.079), transferindo-se a propriedade do bem para o Município de Piên.

②



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

Ocorre que uma pequena faixa de terras da matrícula desapropriada já havia sido alienada para terceiros pelos expropriados nos anos de 1989 e 1991 mediante simples contrato particular de compra e venda, recibo e declaração, sem sofrer o devido processo de desmembramento de área, fato que, segundo declarações do ex-prefeito Ney Ciupka e do agrimensor Elói Stockchneider prestadas perante as advogadas Rosana Maria Grossl e Kátia Rejane Nenevê, havia sido comunicado à Administração Municipal por ocasião da desapropriação. Porém, por um entendimento equivocado da Administração da época, a qual não contava como suporte técnico na área, foi procedida a desapropriação total do imóvel, sem realizar-se os descontos das áreas que haviam sido alienadas anteriormente.

Segundo depoimentos colhidos no processo administrativo, a Administração da época acreditou que existia uma vedação legal para realizar a desapropriação parcial do imóvel, tendo em vista que pertencia ao perímetro rural e considerando que o tamanho da área que a municipalidade pretendia desapropriar não correspondia a um módulo rural.

Foram 03 (três) as áreas incluídas na matrícula da prefeitura e que já haviam sido alienadas mediante simples contrato de compra e venda: 1) A primeira, com área de 1.210,50m², alienada ao senhor José Tavares em data incerta, sendo comprovado a realização da revenda dessa área pelo próprio José Tavares em 30/06/1989, ao senhor Valêncio Moreira de Lima; 2) A segunda, alienada ao senhor Ari Domingos Vani, em 16/11/1989, com área de 8.580,00m²; e 3) A terceira, alienada aos senhores Frederico Kurovski Sobrinho e Carlos Pereira de Ramos, em 21/03/1991, com área de 3.025,00m².

Segundo relato dos adquirentes, todas essas alienações não foram levadas a registro, porque, na época, os imóveis, pertenciam ao perímetro rural do município e as áreas não possuíam a metragem mínima para efetuar esse desmembramento, ou seja, não atingiriam um módulo rural. Por isso, os compradores aguardaram a conversão de perímetro rural para perímetro urbano, para então formalizar o competente registro dos imóveis, o que, infelizmente, não foi buscado imediatamente após a Lei de conversão de perímetro expedida pelo Município.

A desapropriação efetivou-se em desacordo com o que realmente a prefeitura pretendia adquirir, incidindo sobre a totalidade do imóvel, sem excluir as áreas que já haviam sido alienadas anteriormente. O levantamento planimétrico elaborado para a desapropriação consignou no mapa as três áreas informadas pelos expropriados como sendo áreas já alienadas de forma destacada, contudo não foi realizado nenhum desconto da área na escritura de desapropriação, a qual informa que a área desapropriada era de 126.138,03m², que corresponde exatamente a totalidade da área que compõe a matrícula.

Da mesma forma, os recibos de pagamento comprovam que o valor acordado entre os expropriados e a prefeitura, qual seja, R\$ 11.250,00, foi quitado integralmente. Assim, documentalmente a desapropriação operou-se na sua plenitude, não havendo nenhuma nulidade no procedimento.

Q



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

351

Posteriormente, em 24/02/1999, o Município promoveu o desmembramento desta área, resultando na cisão da matrícula nº 11.079 em 09 (nove) outras matrículas, sendo 04 (quatro) destinadas ao arruamento e 05 (cinco) destinadas a lotes urbanos menores. Destes 05 (cinco) novos lotes, 03 (três) se referem aos imóveis que haviam sido alienados anteriormente pelos expropriados à terceiros, quais sejam: Lote 1 com 1.210,50m² (matrícula nº 12.411); Lote 2 com 7.999,42m² (matrícula nº 12.412 – atualmente matrícula nº 20.031); e Lote 3 com 2.832,16m² (matrícula nº 12.413 – atualmente matrícula nº 20.032).

O imóvel desapropriado na época tinha como destinação a instalação de um Parque Industrial, contudo, dos 126.138,03m², apenas 3.228,30m² foram utilizados para instalação do parque industrial. Outra parte da área foi utilizada na implantação de loteamentos, para a formação de ruas e conjuntos habitacionais. O restante do imóvel, com área de 12.042,08m², corresponde às 03 áreas que não deveriam ter sido incluídas na desapropriação, e não receberam investimentos do poder público, não sendo dada qualquer destinação.

Destaca que, além de não haver destinação pública para os 3 lotes identificados no processo nº 001/2010, o Poder Público nunca exerceu efetivamente seu direito de proprietário sobre os imóveis, vez que permitiu a ocupação de algumas áreas e a realização de investimentos pelos terceiros adquirentes no local.

Prova é a apresentação pela Sra. Rosemeri Metz de um alvará de construção, datado de 10/11/1998, que foi-lhe concedido para que executasse uma construção de alvenaria residencial com 126,42m². No mesmo sentido, faz prova da ocupação de boa fé da Sra. Roseli Stiegler, que obteve o alvará de construção concedido pelo Município em 13/10/2003, também para construção residencial de madeira com 70,00m². Registre-se que também foi concedido alvará de construção em favor de Estevão Szmiguel sobre o lote atualmente ocupado por Ely Everton do Rosário, para construção residencial.

Além disso, quase a totalidade dos ocupantes apresentaram comprovante de pagamento de IPTU, em seus nomes.

O Lote 1 (matrícula nº 12.411) possui uma casa edificada, a qual já existe no local desde o ano de 1989. O Lote 2 (matrícula nº 20.031) foi parcelado informalmente em 9 lotes menores, sendo que 02 deles já possuem moradias edificadas. O Lote 3 (matrícula nº 20.032) também foi parcelado informalmente em 6 lotes menores, sendo que 3 já possuem casa edificada, com famílias devidamente instaladas.

A Procuradoria Jurídica do Município buscou através de suas advogadas por todos os meios encontrar uma solução para resolver o problema encontrado no local, que atendesse aos aspectos legais e também fosse viável do ponto de vista econômico, chegando-se a conclusão de que a solução mais segura seria transferir os imóveis aos ocupantes através da alienação dos imóveis, onde todos os interessados em regularizar a situação teriam que adquirir os imóveis novamente. Destaca que a Procuradoria, nessa época, também pensou na possibilidade de realizar a retrocessão do bem desapropriado, porém não tinha segurança quanto a essa possibilidade para o caso concreto.

P



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

352

Retrocessão significa retroagir, retroceder. É a denominada devolução do domínio expropriado, para que se integre ou regresse ao patrimônio daquele de quem foi tirado, mediante a devolução, por este, do preço da indenização da desapropriação.

A Procuradoria Jurídica buscou auxílio junto ao Tribunal de Contas, de forma pessoal e por demanda no Canal de Comunicação (fls. 69-72), junto ao Cartório de Registro de Imóveis e junto ao Poder Judiciário de Rio Negro, através do Dr. Maurício, contudo todas as respostas foram no sentido de que o caso enfrentado nesse processo administrativo não tem precedentes, e que ninguém sabe aconselhar sob qual seria a forma de solucionar o problema.

Destaca-se que em 15/01/2013 foi realizada uma reunião na sede da prefeitura para a qual foram convocados todos os adquirentes conhecidos (fls. 76-83), e dado a eles ciência sobre a situação que só foi devidamente conhecida pela Administração após o ingresso do pedido de regularização formalizado pela Sra. Rosemeri Metz.

Assim, em julho de 2013, ante a seriedade do caso, o prefeito municipal, Sr. Gilberto Dranka, acompanhado da advogada Rosana Maria Grossl, visando resguardar-se de futuras responsabilidades, procuraram a 2ª Promotoria de Justiça de Rio Negro, para entregar em mãos um pedido de orientação (fls. 141-148) ao Ministério Público, sobre a forma de proceder neste caso. Pessoalmente foi repassado à promotora todos os dados do processo, a fim de sensibilizá-la a permitir que se realizasse um processo de retrocessão para devolver os imóveis aos antigos proprietários, visto que o poder público não utilizou o imóvel desapropriado.

Contudo, em 21/11/2013, veio a resposta do MP (fls. 149-154), apontando pela impossibilidade de ser operada a retrocessão, registrando que caberia aos adquirentes buscarem indenização junto aos expropriados.

A Administração Municipal tentou realizar a medição dos terrenos no 10/02/2014 para viabilizar o processo de desmembramento dos lotes, necessária para qualquer hipótese de regularização. Contudo, alguns ocupantes, temendo pelo destino dos imóveis que adquiriram mediante simples contrato de compra e venda, não permitiram que o serviço de topografia fosse concluído. Nessa mesma ocasião foi realizada a demarcação da Rua Goiânia, concluindo-se pela necessidade de diminuir a largura da rua, haja vista que as dimensões constantes da matrícula imobiliária não correspondem à realidade da via implantada, havendo ocupações dos lotes sobre parte da área da Rua conforme descrito na matrícula.

Esse estreitamento da Rua processou-se através da Lei nº 1.199/2014, gerando, na sequência, as matrículas nº 19.976 e 19.977, que foram unificadas às matrículas nº 12.413 e 12.412, respectivamente. Com a unificação, os imóveis passaram a ser objeto das matrículas nº 20.031 e 20.032, com área de 8.941,42m² e 3.027,81m² respectivamente, conforme docs. de fls. 285-292.

Até o presente momento as áreas em comento continuam a não apresentar utilidade para o poder público, não havendo interesse, portanto, em retomá-los da posse dos atuais ocupantes, considerando-se também o valor das benfeitorias (residências) construídas sobre a área, que não

Q



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

teriam um aproveitamento para o serviço público, além do impacto social que recairá sobre as famílias que residem nos imóveis no caso de uma reintegração de posse.

Foi também realizada uma avaliação do valor do imóvel, para o caso de colocá-lo a venda (fls. 158-170).

Há uma ação judicial visando a declaração de nulidade da desapropriação ajuizada pela Sra. Rosemeri Metz, a qual encontra-se em curso (Processo nº 0004587-14.2011.8.16.0146 da Comarca de Rio Negro).

Diante da dificuldade para solucionar o caso, e dada a importância da matéria, visto que afeta diretamente o patrimônio público e envolve o interesse de diversas famílias do município, resolveu-se criar uma Comissão Especial para o acompanhamento deste processo de regularização das ocupações, nomeada pela Portaria nº 395, de 17 de julho de 2014.

A Comissão Especial foi devidamente cientificada deste processo e de todos os atos que o envolvem na primeira reunião realizada em 30 de julho de 2014 (fls. 193-197), especialmente sobre a dificuldade em encontrar uma solução viável para o processo. Na segunda reunião realizada em 2 de setembro de 2014 (fls. 198-200), decidiu-se contratar um jurista renovado para elaborar um parecer sobre este processo, no qual esclarecesse se havia possibilidade da Administração Municipal resolver a questão através do instituto da retrocessão, e caso a resposta fosse negativa, qual seria a alternativa para solucionar o problema.

Na sequência foi contratado o jurista Dr. Kiyoshi Harada para elaborar um parecer sobre o Processo Administrativo nº 1/2010. O parecer foi concluído em 1º/04/2015 (fls 296-317). O referido parecer abordou de forma bem completa o caso, considerando todos os elementos que chegaram ao seu conhecimento pela municipalidade, concluindo objetivamente aos quesitos formulados pela Procuradoria Jurídica nos seguintes termos:

1) No caso da desapropriação promovida pelo Município de Piên é possível resolver a ocupação existente através de retrocessão administrativa por iniciativa do Município ou dos expropriados ou dos atuais ocupantes, tendo em vista todo o levantamento realizado que comprova que a ocupação existe no local desde data anterior à desapropriação, e que a mesma veio mantendo-se de forma pacífica e sem oposição do poder público há mais de 20 anos?

R: Não, porque os atuais ocupantes, nem seus antecessores não foram partes na desapropriação amigável;

2) É possível o gestor municipal, em processo administrativo devidamente documentado, reconhecer a ocupação pacífica e sem oposição durante todo esse período, e com base nas provas testemunhais, que informam que houve um equívoco na delimitação da área a ser desapropriado, conceder o pedido de retrocessão administrativa?

R: Sim, é possível, mas não para o fim de retrocessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

3) Quais seriam os riscos para o gestor perante os órgãos de controle (Ministério Público, Tribunal de Contas) se estes entenderem que o ato caracteriza má gestão do patrimônio público?

R: Da exposição feita pela consulente não vejo qualquer ato de improbidade que pudesse ser enquadrado em um dos artigos da Lei nº 8.429/92, pois não se vislumbra enriquecimento ilícito do agente público (art. 9º); lesão ao erário público (art. 10); e ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições (art. 11).

4) Sendo possível proceder com a retrocessão, o antigo expropriado deverá restituir o valor indenizado corrigido monetariamente ou deverá ser cobrado o valor atual de venda do imóvel?

R: Se possível fosse, e não o é, o valor para a retrocessão deveria corresponder ao valor atual.

5) Havendo possibilidade de proceder com a retrocessão, a mesma pode ocorrer diretamente aos atuais ocupantes ou deve ser realizada para os antigos proprietários?

R: Prejudicado.

6) Existe outro meio legal para transmitir os imóveis ocupados aos posseiros de boa fé?

R: Como dito no corpo do parecer, cada interessado poderá ingressar com ação de usucapião. Poderá, também, a Prefeitura de Piên tomar a iniciativa de projeto de lei específico para concessão real de uso nos moldes da Medida Provisória nº 2.220/2001 transcrita no corpo deste parecer, ou até mesmo para autorizar a alienação.

7) Caso não seja recomendada a realização de retrocessão, o Município poderia realizar a alienação dos imóveis diretamente para os atuais ocupantes dos terrenos?

R: Sim, desde que amparada em lei específica como preconizado no corpo do parecer.

8) A alienação, neste caso, poderia se dar por inexigibilidade de licitação?

R: Sim, em virtude da finalidade específica da alienação.

9) Caso seja necessário procedimento licitatório na modalidade concorrência, haveria possibilidade de ser feita com direito de preferência aos atuais ocupantes dos lotes?

R: Prejudicada.

10) Quanto ao preço de venda (caso seja necessário instaurar licitação), pode ser utilizado o valor venal do cadastro imobiliário (IPTU, ITBI)?

R: Na realidade, a alienação pretendida faz às vezes da retrocessão incabível no caso, como demonstrado. Assim, em princípio deverá observar o valor atual do bem. Porém, devidamente

356

Q



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

amparada por lei específica poderá a Municipalidade de Piên adotar o valor venal para fins de IPTU e ITBI. Não se ignora que dentro da política de inclusão social há legislações de três níveis de governo possibilitando o acesso à habitação mediante financiamento público subsidiado. Uma alternativa para dispensar o duplo pagamento do preço (anteriormente aos expropriados e agora à Prefeitura) seria a elaboração de projeto legislativo autorizando a regularização de loteamento e construção em área pública, a fim de conceder aos ocupantes da concessão real de uso, a título gratuito, por prazo que vier a ser estabelecido em lei, normalmente, 99 anos. Para o caso *sui generis* sob consulta, essa concessão real de uso não precisaria se ater exatamente aos termos da Medida Provisória nº 2.220/2011 limitado ao imóvel urbano de até 250 m² destinado à moradia do posseiro. Nada impede de a Municipalidade de Piên, que concorreu para a situação irregular reinante, estenda a concessão real de uso para as áreas maiores e não edificadas, a fim de que fique regularizado o loteamento existente na área desapropriada e não utilizada pelo Poder Público Municipal (12.042,08 m²). Esse loteamento regularizado ficaria fazendo parte de outro loteamento para fins habitacionais já implantado pela Prefeitura de Piên.

11) O valor a ser pago (corrigido monetariamente ou valor atual de venda), pode ser parcelado pela administração?

R: Sim, desde que amparado em lei específica.

12) O valor pago pelos ocupantes até o momento a título de IPTU pode ser abatido do valor pago pela retrocessão ou venda com direito de preferência?

R: Os ocupantes do imóvel são posseiros desde antes da desapropriação. E na forma do art. 34 do CTN são contribuintes do IPTU por deterem a disponibilidade econômica do imóvel, construindo prédios com autorização da Prefeitura. Como já o dissemos, a melhor opção para o caso é a concessão real de uso.

13) Caso seja afirmativa a resposta da pergunta anterior, os valores pagos a título de IPTU cujo eventual direito a restituição já estejam prescritos, pode ser abatido do valor pago pela retrocessão ou venda com direito de preferência?

R: Prejudicado.

14) Para aqueles lotes onde a municipalidade tenha emitido alvará de construção, é permitida venda com direito de preferência, se não for possível retroceder?

R: Sim, nos termos da resposta dada ao quesito de nº 7.

15) É possível a municipalidade aceitar administrativamente pedido de indenização pelas edificações realizadas sobre estes imóveis, uma vez que foram emitidos alvarás de construção em favor dos ocupantes?

Q



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

356

R: Sim, desde que a Prefeitura opte por dar destinação pública, na forma do art. 519 do Código Civil, a essas áreas desapropriadas e ainda não utilizadas para qualquer fim público. Voltamos a repetir, a melhor solução para o caso é a elaboração de lei específica autorizando a concessão real de uso das áreas ocupadas pelos adquirentes por títulos não registrados ou seus sucessores. Dessa forma ficaria regularizado o loteamento existente integrando-se àquele loteamento realizado pela Prefeitura de Piên na área desapropriado não aproveitada para a implantação do Parque Industrial.

Assim, nos termos do parecer elaborado pelo Dr. Kiyoshi Harada, a intenção da Administração Municipal de resolver o problema das ocupações dos 14 lotes sites na Rua Goiânia, quadras 46 e 47, através do instituto da retrocessão não foi recomendada pelo renomado parecerista.

Contudo, o parecer contratado apontou três possíveis medidas para resolver o impasse, que seriam: 1) Ingresso, pelos ocupantes dos lotes, de ação de usucapião; 2) Conceder o direito real de uso dos imóveis; e 3) Alienar os imóveis, considerando o valor atual de venda.

O relatório conclusivo sobre o presente processo proferido pela CEARBP (fls. 340-348), conforme decisão final da última reunião realizada em 18 de setembro de 2015, orienta que a melhor maneira para regularizar a ocupação e obter a titulação dos imóveis seria o ingresso, pelos interessados, da ação de usucapião, conforme uma das sugestões do Dr. Kiyoshi Harada, visto que qualquer outra medida poderá ser questionada pelo Ministério Público e/ou pelo Tribunal de Contas, sendo esta a medida mais segura para a Administração Municipal.

Acredita-se que se todos os interessados ingressarem com a ação ao mesmo tempo, possivelmente aumente as chances de sucesso da demanda.

Para viabilizar o ingresso da ação de usucapião pelos interessados, será elaborado um projeto de lei para desafetação dos imóveis envolvidos neste caso, visto que as jurisprudências colacionadas no parecer do Dr. Kiyoshi relacionavam-se a imóveis públicos que já haviam passado pelo processo de desafetação.

2. CONCLUSÃO

Por todo o exposto e por tudo mais que consta do presente processo administrativo, **INDEFIRO os requerimentos protocolados pela Sra. Rosemeri Metz**, tendo em vista a impossibilidade de cancelar administrativamente o registro imobiliário que envolve o lote ocupado pela requerente.

Por fim, orienta à requerente e demais interessados identificados acima, que busquem a regularização da titulação dominial dos imóveis por eles ocupados através do ajuizamento de ação de usucapião, conforme apontado no parecer do Dr. Kiyoshi Harada.

Q



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

359

Outrossim, quanto ao desmembramento, determino a suspensão o processo, visto que para o ingresso da ação de usucapião, não há necessidade de que os lotes estejam previamente desmembrados.

Piên, 06 de outubro de 2015.


GILBERTO DRANKA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Piên - 2016
BOLETIM DE CADASTRO IMOBILIÁRIO

página 1 de 2

INSCRIÇÃO CADASTRAL							
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	DIST.	ZONA	SETOR	QUADRA	LOTE	UNIDADE	SEÇÃO
23337	01	01	01	046	0326	1	

PROPRIETÁRIO PRINCIPAL

Cod. pessoa: 51501
Nome: GUILHERME CRUZ
CPF/CNPJ: 045.056.089-99

CADASTRO ANTERIOR	INFORMAÇÕES GERAIS
IND FISC. ANTERIOR : Não encontrado.	DATA DA TRANSFERÊNCIA : 18/06/2009
INSC. ANTERIOR : Não encontrado.	DATA DA SITUAÇÃO : 18/06/2009 SITUAÇÃO: Inativo

ENDEREÇO DO IMÓVEL

ENDEREÇO : RUA DOURADOS (CAMPO GRANDE), 106 - AVENCAL
LOTEAMENTO : LOTEAMENTO CONVERSAO
COMPLEMENTO : TERRENO VAGO
CEP : 83860000 TELEFONE : Não encontrado.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

ENDEREÇO : D - TERRENO VAGO - AVENCAL
CEP : 83860000 BAIRRO : AVENCAL
CIDADE : Piên UF : PR
COMPLEMENTO : TERRENO VAGO

INFORMAÇÕES DO REGISTRO DO IMÓVEL

OFÍCIO	INSCRIÇÃO	PLANTA	QUADRA	LOTE
0	0		046	0326

VALOR VENAL
3.922,10

INFORMAÇÕES PROPRIETÁRIO

principal	código pessoa	inscrição empresa	nome/razão social	cpf/cnpj	participação
Sim	5150		GUILHERME CRUZ	045.056.089-99	100,00%

INFORMAÇÕES DO TERRENO

Dimensões

ÁREA TOTAL :	442,65m²	FRENTE :	21,55m	LATERAL DIREITA :	21,00m
FRAÇÃO IDEAL:	1,00	FUNDOS :	0,00m	LATERAL ESQUERDA :	0,00m
QUOTA	0,00m²				

Características do terreno

26 - Ocupação: 15 - Não Edificado	27 - Patrimônio: 20 - Particular	28 - Utilização: 17 - Terreno Sem Uso
29 - Murado: 18 - Não	35 - Situação: 24 - Mais de uma frente	36 - Topografia: 13 - Plano
37 - Pedologia: 29 - Firme		

Testadas

face da quadra	principal	metros testada	seção logradouro
[044] RUA DOURADOS (CAMPO	Sim	21,55	5350 de 0 até 9999
[023] GOIANIA	Não	21,00	4312 de 0 até 99999999

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NO LOGRADOURO

TESTADA E ÁREA DAS TAXAS

TESTADA PRINCIPAL : RUA DOURADOS (CAMPO METROS TESTADA :21,55m SEÇÃO:



Prefeitura Municipal de Piên - 2016
BOLETIM DE CADASTRO IMOBILIÁRIO

página 2 de 2

INFORMAÇÕES DAS EDIFICAÇÕES

ANEXOS

Nome	data	tamanho do arquivo	resumo
imagem.jpg	12/04/2010	0KB	Foto

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE TERRENO A VISTA

Pelo presente instrumento particular de compromisso de compra e venda, tendo de um lado o senhor: **João Pires Netto**, nacionalidade brasileira, estado civil **casado**, profissão/ **agricultor**, CIOCR: 236.941, Cédula de Identidade RGR residente e domiciliado à localidade de **Piên-Centro** Município de Piên - Estado do Paraná e sua conjugue: **Anésia Cavalheiro Pires** nacionalidade brasileira, estado civil casada, profissão doméstica, residente e domiciliada na localidade acima indicada, de ora em diante chamados simplesmente de **VENDEDORES** e de outro lado o senhor: **Frederico Kurovski Sobrinho**, nacionalidade brasileira, estado civil: **casado**, CIC nº 401.859.589 15, Cédula de Identidade RG nº 9R-919.379 e sua conjugue **Anésia de Oliv. Kurovski**, nacionalidade brasileira, casada, profissão doméstica, residente e domiciliada na localidade ou endereço do cônjuge, de ora em diante chamados simplesmente de **COMPRADORES**, tem entre si, como justo e contratado o seguinte: Os **VENDEDORES** são senhores/ e legítimos possuidores e proprietários do imóvel que assim se descreve: Um terreno com área de **3.025 m2.** sito em **Avencal** neste município, confrontando-se, por um lado com terras da prefeitura.

do os **VENDEDORES** comprometidos de vender aos **COMPRADORES**, e estes comprar-lhes o imóvel descrito e caracterizado acima, que possuem de forma livre e desembaraçada de qualquer ônus, real pessoal, ou extrajudicial, ou ainda de restrições de qualquer natureza, pelo preço e conformidade adiante estabelecidos. O preço ajustado da venda ora prometida é de NCz\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinq.mil cruzeiros por conta do qual os **VENDEDORES** CONFESSAM e declaram haver recebido dos **COMPRADORES**, conforme recibo assinado pelos **VENDEDORES**, e de cujo recebimento dão a mais ampla e irrevogável quitação para não mais repetir. A posse do imóvel em referência é transmitida pelos **VENDEDORES** aos **COMPRADORES**, e a partir de agora, nessa posse permanecendo os **COMPRADORES**, enquanto cumprirem com suas obrigações lavradas/ neste instrumento. Obrigam-se, ainda, os **VENDEDORES** a outorgar e assinar em nome dos **COMPRADORES**, ou em nome de quem por eles for indicado, a competente escritura definitiva de compra e venda do imóvel descrito anteriormente, totalmente livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza. A partir da assinatura do presente compromisso, correrão por conta exclusiva dos **COMPRADORES**, todos os impostos, ta

xas ou contribuições fiscais de qualquer natureza incidentes sobre o imóvel, objeto deste compromisso e por estes deverão ser pagos nas épocas próprias e nas repartições competentes, ainda que sejam lançados em nome dos VENDEDORES ou de terceiros, assim como serão, desde já de sua inteira responsabilidade as despesas com o registro do presente documento e da escritura definitiva no Registro de Imóveis, emolumentos notariais e outros de qualquer natureza, inclusive o pagamento do imposto de transmissão de bens imóveis. Os COMPRADORES poderão ceder e transferir os direitos que lhes decorrem deste compromisso, independentemente da anuência dos VENDEDORES, porém cedentes e cessionários ficarão solidários no cumprimento das obrigações ora ajustadas. E para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorrerem deste compromisso, as partes elegem o Foro desta Comarca, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Declaram/ainda os compromissados aceitar o presente compromisso nos expressos termos em que foi lavrado, obrigando-se a si, seus herdeiros e sucessores a bem e fielmente cumpri-lo. E para que surta os efeitos desejados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas que também o assinam. .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

Piêñ-Pr. 21 de março 1991.-

VENDEDORES:

João Pires Netto
Cinécia S. Pires

COMPRADORES:

Frederico Kurovski Sobrinho
Carlos Pereira de Ramos

TESTEMUNHAS:

Edson Moreira Martins

OBS: Este imóvel tem dois compradores, sendo eles o 1º Frederico Kurovski Sº, e outro Carlos Pereira de Ramos RG: 950.102 II/PR, domic. e resid. em Poço Frio dos Moreiras.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

5ª RM

OM: 20º BIB

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA

15ª CSM

Nº 042107

SÉRIE E

Registro de Alistamento (RA): 15041246840-0

Certifico que GUILHERME CRUZ

Nascido a 23/08/1994

CURITIBA

PR

(Data)

(Município)

(Estado)

filho de MIGUEL DE JESUS CRUZ

e de ROSIMERI TSCHOEKE

é reservista de 1ª categoria ficando relacionado como

SOLDADO

(graduação)

07/01

(qualificação militar)

na Reserva.

Identificação:

Doc / Tipo Registro civil Nº do Registro 59.128.25

Órgão Expedidor: SESP/PR

CPF: 045.056.089-99

Guilherme Cruz

(Assinatura do reservista)



Polegar Direito



(Somente é válido com as "Armas Nacionais" em marca d'água)

OUTROS DADOS: "VÁLIDO COMO CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO MILITAR"

Incorporado a 1º de março de 2013 e licenciado a 10 de janeiro de 2014

Tempo de Serviço: ZERO ANO, DEZ MESES E DEZESSEIS DIAS
(Anos, meses e dias por extenso)

CURITIBA, PR, 10 de janeiro de 2014
(Local e Data)

SERGIO AUGUSTO ESMANHOTTO – Ten Cel
(Assinatura do Comandante, Chefe ou Diretor)

OUTRAS ANOTAÇÕES Rsp pelo Comando do 20º Batalhão de Infantaria Blindado

5ª-RM - Válido até 16/12/15 Apresentação de Pessoal de Reserva Dt. 02/09/14 QM 20º BIB SILVIA KAMURA VANDER Chefe (Nome, Posto/Grad)	5ª-RM - Válido até 12/16 Apresentação de Pessoal de Reserva Dt. 02/09/14 QM 20º BIB SILVIA KAMURA VANDER Chefe (Nome, Posto/Grad)	5ª-RM - Válido até 16/12/15 Apresentação de Pessoal de Reserva Dt. 02/09/14 QM 20º BIB SILVIA KAMURA VANDER Chefe (Nome, Posto/Grad)	5ª-RM - Válido até 16/12/18 Apresentação de Pessoal de Reserva Dt. 02/09/14 QM 20º BIB SILVIA KAMURA VANDER Chefe (Nome, Posto/Grad)	5ª-RM - DEFINITIVO Apresentação de Pessoal de Reserva Dt. 02/09/14 QM 20º BIB SILVIA KAMURA VANDER Chefe (Nome, Posto/Grad)
--	---	--	--	---

Em dia com as obrigações militares, de acordo com as anotações nos carimbos.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



P
R



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2266230369

NOME
GUILHERME CRUZ



DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
5912825 SESP SC

CPF
045.056.089-99

DATA NASCIMENTO
23/08/1994


FILIAÇÃO
MIGUEL DE JESUS CRUZ
ROSIMERI TSCHOEKE

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
06063934200

VALIDADE
28/07/2031

1ª HABILITAÇÃO
09/05/2014



2266230369

OBSERVAÇÕES

Guilherme Cruz
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PIEN, PR

DATA EMISSÃO
14/09/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

86847660657
PR920143722

PARANÁ

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

Deixe a conta de água por conta do débito automático

Informe-se na sua agência bancária
Dúvidas? Ligue 0800 200 0115
Ou vá até uma central de relacionamento



Autorize o débito automático da conta de água na sua conta corrente.

Assim você não precisa se preocupar com a data de vencimento, não fica em filas nem corre o risco de suspensão no abastecimento por atraso.

Se você é proprietário de casa na praia, tem mais uma razão para aproveitar essa facilidade.

É muito mais prático e seguro.



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

TURBIDEZ: ocorre devido às partículas em suspensão na água.
COR: ocorre devido às substâncias dissolvidas na água.
CLORO: produto químico utilizado para eliminar bactérias.
FLÚOR: produto químico adicionado à água para prevenir a cárie dentária.
COLIFORMES TOTAIS: bactérias provenientes da natureza.

✂ O Relatório Anual da Qualidade da Água está disponível no site www.sanepar.com.br e pode ser solicitado pelo 0800-200-0115 e nas Centrais de Relacionamento.

✂ De acordo com o Art. 4º da Lei 12.007/2009, o Histórico de Pagamentos, constante nesta conta, substitui as contas mensais para comprovação de quitação, relativos aos meses nela consignados, não quitando outros débitos anteriores ou posteriores aos indicados na conta, nem aqueles questionados judicialmente. Os meses que se encontram com o campo preenchido com a letra (X) significa que a conta está pendente, cancelada ou não existe conta para a referência e com a anotação "pago" que a conta está quitada.

✂ Autorize o débito automático da sua conta. Informe-se na sua agência bancária.

✂ Contas pagas após o vencimento há incidência de atualização monetária pela variação do IPCA entre as datas de vencimento e pagamento, multa de 2% e juros de mora de 0,033% ao dia, conforme o Art. 125 da Resolução 003/2020 - AGEPAR. A atualização monetária, multa e juros de mora serão incluídos em conta futura.

✂ O não pagamento da conta poderá ocasionar a suspensão do abastecimento, conforme estabelecido no Decreto Federal 7.217/2010 e implicará na sua inscrição no Cadastro Informativo Estadual - CADIN, conforme a Lei Estadual 18.466/2015.

✂ Informações sobre tarifas e onde pagar sua conta, acesse www.sanepar.com.br.

✂ Não há incidência de tributação estadual ou municipal nesta conta.

✂ É vedada a instalação de eliminador de ar, bomba de sucção ou elementos estranhos na ligação de água, bem como a derivação da tubulação, conexão cruzada, violação ou retirada dos lacres da ligação, conforme o Art. 10 da Resolução 003/2020 - AGEPAR.

✂ Para fazer a leitura do hidrômetro, anote somente os números pretos, desprezando os números vermelhos, se houver.

✂ Para comunicar vazamentos, solicitar ou cancelar serviços, informações sobre o bloqueio da cobrança da taxa de lixo, se houver, e outras informações ligue para 0800-200-0115 ou acesse www.sanepar.com.br.

✂ Todos os serviços prestados são lançados e faturados, exclusivamente, via conta. Caso solicitem qualquer valor em dinheiro em nome da Sanepar, não concorde e denuncie pelo site www.canalintegro.com.br/sanepar.

✂ Baixe o aplicativo Sanepar Mobile, disponível no Google Play e App Store.

✂ Mantenha seus dados cadastrais atualizados.

✂ Ouvidoria AGEPAR - telefone: 0800-644-2013.

Mais informações para você ➡



CNPJ SANEPAR: 76.484.013/0001-45



Endereço: Rua Engenheiros Rebouças, nº 1376
CEP: 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJ MF: 76.484.013/0001-45
Inscrição Estadual: 101.80080-64
Site: www.sanepar.com.br
Teletendimento: 0800-200-0115
WhatsApp: (41)99544-0115

AVISO DE VENCIMENTO

NOME DO CLIENTE **GUILHERME CRUZ** MATRÍCULA **3475.4942**
ENDEREÇO **R DOURADOS** NÚMERO **106** Nº LADO - Nº FRENTE **208**

CEP **83.860-000** LOCAL **PIEN**
ROTEIRO DE LEITURA **201-49-24-050-18130** HIDRÔMETRO **515F356227-4-1** CAT - RES - COM - IND - UTP - POP **011 001 000 000 000 000**

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coliformes Totais
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	5	5	5		5
Nº Amostras Realizadas	6	6	6	10	6
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	6	6	6	10	6

Conclusão Todas as amostras atenderam a legislagco.

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS												
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2023	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2024	PAGO	X	X	X	---	---	---	---	---	---	---	---

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS **PREFEITURA(R\$) SANEPAR(R\$)**
TX LIXO PREFEITURA **17,57**

FAIXAS DE CONSUMO ----- VOLUME ----- VALOR M3/R\$ ----- TOTAIS -----
AGUA AGUA ESGOTO
RES MÍNIMO **5 48,97 0,00**

HISTÓRICO DE CONSUMO/m³												
05/23	06/23	07/23	08/23	09/23	10/23	11/23	12/23	01/24	02/24	03/24		
8	5	4	4	A	A	5	6	A	A	A		
DIAS DE CONSUMO		DATA LEITURA		LEITURA ANTERIOR		LEITURA ATUAL		CONSUMO/m³		REFERÊNCIA		
29		11/04/2024		AUSENTE		AUSENTE		ATRIBUIDO		04/2024		
MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA												
CASA/PORTAO FECHADO				MÉDIA DE CONSUMO/m³				5		VENCIMENTO		
				ÚLTI MOS 5 MESES						24/04/2024		
PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA			ÁGUA		ESGOTO		SERVIÇOS		TOTAL			
13/05/2024			48,97		0,00		17,57				66,54	

EMAIL SANEPAR: ATENDIMENTOAOCLIENTE@SANEPAR.COM.BR
DEB. AUTOMATICO CAIXA; AUTORIZA NO BANCO NOVAMENTE
TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R\$ 5,60



NÃO ARRECADAR - FATURA PAGA

MATRÍCULA **3475.4942** REFERÊNCIA **04/2024** VENCIMENTO **24/04/2024** VALOR **66,54**

Responsável pela Iluminação Pública: Município 4136321136

Classificação:
B1 Residencial / Residencial

Tipo de Fornecimento:
Bifasico /50A

**DATAS DE
LEITURAS**

Leitura anterior
13/03/2024

Leitura atual
11/04/2024

Nº de dias
29

Próxima Leitura
13/05/2024

Nome: GUILHERME CRUZ

Endereço: R Dourados, 326 - Avencal

CEP: 83860-000

Cidade: Pien - Estado: PR

CPF: ***.***.89-99

UNIDADE CONSUMIDORA

102861030

▲ CÓDIGO DÉBITO AUTOMÁTICO ▲



NOTA FISCAL No. 96170654 - SÉRIE 3 / DATA DE EMISSÃO: 15/04/2024

Consulte Chave de Acesso em:

<https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl>

Chave de Acesso

4124 0404 3688 9800 0106 6600 3096 1706 5410 2620 4869

Protocolo de Autorização: 1412400018615814 - 15/04/2024 às 09:22:32America/Sao_Paulo

REF: MÊS / ANO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

04/2024

04/05/2024

R\$89,35

DEBITOS: 02/2024 R\$ 100,55

Periodos Band.Tarif.: Verde:14/03-11/04

Itens de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS/ COFINS	ICMS	Tarifa unit. (R\$)
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	14	0,386429	5,41	0,22	0,97	0,302140
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	86	0,392558	33,76	1,36	6,41	0,302140
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	14	0,420714	5,89	0,24	1,06	0,328370
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	86	0,426628	36,69	1,48	6,97	0,328370
MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO	UN	1	1,930000	1,93			
JUROS CONTA ANTERIOR	UN	1	0,120000	0,12			
ACRESCIMO MORATORIO	UN	1	0,100000	0,10			
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO	UN	1	5,450000	5,45			
TOTAL				89,35	3,30	15,41	

Tributo	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	11,30	18%	2,03
ICMS	70,45	19%	13,38
COFINS	66,34	4,1010%	2,72
PIS	66,34	0,8862%	0,58

HISTÓRICO DE CONSUMO / kWh

CONSUMO FATURADO	Nº DIAS FAT.
ABR24	100 29
MAR24	119 32
FEV24	113 29
JAN24	135 30
DEZ23	175 30
NOV23	171 31
OUT23	181 30
SET23	190 30
AGO23	208 31
JUL23	186 31
JUN23	182 32
MAI23	189 29
ABR23	217 30

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const Medidor	Consumo kWh
0043436625 0324232968	CONSUMO kWh CONSUMO ENE	TP TP	0 33643	93 33650	1 1	93 7

Reservado ao Fisco

PERÍODO FISCAL: 15/04/2024

F6ED.F2A6.56A5.F903.8E97.8CB2.9394.1CB4

REAVISO DE VENCIMENTO

Em atendimento à Lei 12.007/2009, a Copel Distribuição S. A. declara, pela presente, que as faturas de energia elétrica desta unidade consumidora e de sua responsabilidade, vencidas em 2023, encontram-se devidamente quitadas. Esta declaração substitui os comprovantes de pagamento das faturas vencidas em 2023, salvo aqueles contestados judicialmente e ou derivados de grandezas não faturadas.
ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTA SUJEITA A SUSPENSAO DE FORNECIMENTO
RESÍDUO DE CONSUMO MEDIDOR ANTERIOR
INCLUSO NA FATURA PIS R\$0,58 E COFINS R\$2,72 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

UNIDADE CONSUMIDORA

MÊS REFERÊNCIA

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

102861030

04/2024

04/05/2024

R\$89,35



Número da fatura: FAT-01-20246212620486-90

PIX

836900000008 893501110009 001010202461 212620486903

NÃO RECEBER - FATURA ARRECADADA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
JUSTIÇA ELEITORAL
TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR GUILHERME CRUZ			
DATA DE NASCIMENTO 23/08/1994	INSCRIÇÃO 101775330647	ZONA 144	SEÇÃO 0356
MUNICÍPIO / UF PIEN / PR		DATA DE EMISSÃO 23/06/2017	

FILIAÇÃO ROSIMERI TSCHOEKE MIGUEL DE JESUS CRUZ

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO SW/Q.UGAN.3SLJ.6WMY	
Título Eleitoral impresso às 16:29 de 14/06/2024 para eleitor/eleitora com biometria coletada	

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço: www.tse.jus.br por meio do código de validação ou QR Code.

Orientações:

- A data de emissão do título eleitoral corresponde à última operação cadastral do eleitor / eleitora.
- Estarão aptos a votar os eleitores / eleitoras regulares e maiores de 16 anos na data do 1º turno ou turno único da eleição.



756

75691.30359 01063.188401 01186.050017 2 97200000011200

Local de pagamento PAGAVEL PREFERENCIALMENTE NO SICOOB					Vencimento 18/05/2024
Beneficiário PIENET TELECOMUNICACOES LTDA 30254.058/0001-22					Cooperativa contratante/Cód. Beneficiário 3035/631884
Data do documento 18/05/2024	N. documento 2161-01	Espécie DM	Aceite N	Data processamento 20/05/2024	Nosso número 11860-5
Uso do Banco	Carteira 1	Espécie R\$	Quantidade 0,00	Valor	Valor documento 112,00
Instruções (texto de responsabilidade do beneficiário) A partir 19/05/2024 Juros 0,13%/dia A partir 19/05/2024 multa de 2,00% Não conceder desconto. EMITIDO PELA COOPERATIVA CONTRATANTE SEM RESPONSABILIDADE DO BANCO OB COOPERATIVA CONTRATANTE 3035 SICOOB/SC - CREDINORTE					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Moza / Multa
Pagador GUILHERME CRUZ 045.056.089-99 RUA DOURADOS Nº 326 AVENCAL PIEN - PR 83860-000 Beneficiário Final PIENET TELECOMUNICACOES LTDA. 30254.058/0001-22					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado

Autenticação mecânica - **Filha de compensação**